

# **SOBRE O MÉTODO EM HISTÓRIA ECONÔMICA: ASPECTOS TEÓRICOS**

Pedro Cezar Dutra Fonseca(1)

Para caracterizar melhor determinados aspectos do método a ser utilizado, retomar-se-ão, inicialmente, alguns conceitos fundamentais de filosofia e sociologia do conhecimento. Com isso pretende-se justificar não só como os dados empíricos serão trabalhados, mas também diversos posicionamentos metodológicos assumidos em diferentes momentos da investigação científica. Assim, as discussões que seguem – à primeira vista quase dispensáveis, – são fundamentais para esclarecer diversos aspectos que serão desenvolvidos no corpo do trabalho.

Extraído de minha tese de mestrado em Economia, defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em Economia do IEPE/UFRGS, intitulada "A Reorientação da Economia Gaúcha na República Velha: a Política Econômica e os Fundamentos dos Conflitos Políticos", da qual é Anexo ao Capítulo III. A fim de guardar fidelidade ao texto original, certos adendos que considere necessários (principalmente para melhor esclarecimento ao leitor) foram inseridos no texto como citações, ao contrário das do texto original, que aparecem com números no rodapé. Agradeço aos professores Francisco Machado Carrion e Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto pelas críticas e sugestões.

Embora a preocupação em explicar os fatos sociais utilizando a lógica e buscando a objetividade remonte à Antigüidade, foi a partir do Renascimento,

---

(1) Do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS e da UNISINOS.

“Houve experimentação, antes; por exemplo, na Índia, as experimentações fisiológicas foram feitas a serviço da técnica ascética iogue; na antiguidade helênica, as experimentações matemáticas foram feitas com objetivos de técnica bélica; e na Idade Média, de mineração. Mas elevar a experimentação a um princípio de pesquisa foi realização da Renascença”. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 168.

especialmente com o Racionalismo e o Iluminismo, que os teóricos se preocuparam em formular uma teoria do conhecimento apoiada na lógica e universalmente válida. Tal posicionamento implicou, neste momento, uma separação nítida entre ciência e teologia, e afirmava a existência de um ordenamento na vida social passível de ser entendido com o uso da razão.

Já ao final do século XVIII, os economistas fisiocratas

Escola de economistas que teve lugar na França na segunda metade do Séc. XVIII, e que corresponde à manifestação do pensamento da Enciclopédia no campo da economia. Os fisiocratas, na verdade, fazem parte de um momento de transição entre a tradição religiosa (especialmente protestante) e a racionalista: consideravam a realidade fruto de uma lei divina (“Ordem Providencial”), mas que, uma vez estabelecida, desta ganhava relativa autonomia, uma lógica própria (“Ordem Natural”), que poderia ser entendida e explicada pelo uso da razão. Assim, embora profundamente teológicos ao admitir a “santificação da realidade”, os fisiocratas foram ao mesmo tempo racionalistas; para tanto, tratavam as leis econômicas como leis físicas, estabelecendo analogia entre a economia da nação e um organismo vivo. Não se pode, entretanto, dizer que os fisiocratas consideravam as “leis econômicas” idênticas às “leis físicas”, pois admitiam que as primeiras, por interferência humana, poderiam ser desviadas do “natural” (exemplo: o absolutismo real, os monopólios e a indústria são considerados anti-naturais; o absolutismo esclarecido, a livre concorrência e a economia agrícola são naturais).

faziam a tentativa de sistematizar as chamadas leis econômicas. Para tanto supunham a existência de uma ordem natural que, embora fosse manifestação providencial ou divina, tinha desta uma relativa autonomia, apresentando regularidades passíveis de serem conhecidas e previstas. Mediante a utilização do que mais tarde

seria o denominado modelo orgânico, os fisiocratas entendiam a realidade governada por determinadas leis e composta de órgãos e células especializadas, com funções definidas que se cumprem visando à integração do conjunto.

Assim, já bem antes de SPENCER e de DURKHEIM, a economia recebera, com o movimento fisiocrata, influência do modelo orgânico e de diversas concepções metodológicas que mais tarde apareceriam organicamente encadeadas no funcionalismo. DURKHEIM, ao estabelecer a analogia da sociedade com o organismo humano, propunha a mais completa independência do cientista de qualquer crença, filosofia ou sentimentos.

Veja, por exemplo, a seguinte passagem da conclusão de *As Regras do Método Sociológico*: “Em primeiro lugar, (o método) é independente de qualquer filosofia. Pois a sociologia, aparecendo a partir das grandes doutrinas filosóficas, guardou o hábito de se apoiar nalgum sistema do qual, então, se torna solidária. É assim que foi positivista, evolucionista, espiritualista, quando, pelo contrário, devia contentar-se de ser unicamente sociologia. (...) Não cabe à sociologia tomar partido e escolher entre as grandes hipóteses que dividem os metafísicos. Não tem que afirmar nem a liberdade, nem o determinismo. Tudo o que espera que se conceda é que o princípio de causalidade seja aplicado aos fenômenos sociais”. DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974. p. 123. Obviamente este posicionamento de Durkheim extravasa o âmbito da sociologia para estender-se às demais ciências ditas sociais, especialmente a economia.

Com isso, aconselhou a tratar o fato social como coisa: objetivo, exterior ao homem, transcendente às consciências individuais. A função cumprida por cada particularidade, que é exercida sem ter necessariamente consciência de sua situação, passa a ser usada, na investigação histórico-sociológica, com a utilização de categorias analíticas que dão ênfase à coesão, à continuidade e à unidade.

Embora a análise histórica pouco tenha se desenvolvido entre os clássicos, pois com estes chegava ao apogeu a análise lógico-dedutiva, voltou com a chamada Escola Histórica Alemã

A Escola Histórica Alemã (ROSCHER, SCHMOLLER, KNIES, HILDEBRAND, entre outros) constituiu-se em importante movimento de renovação metodológica e

crítica na Alemanha, em meados do século passado. Embora seus membros tenham divergências entre si, às vezes não tão banais, não raro foram os aspectos comuns que permitem sejam identificados como uma “escola”. O principal ponto comum era a crítica ao que consideravam dedutivismo exagerado dos clássicos ingleses (principalmente RICARDO), que induzia à psicologia do *homo economicus*. KNIES chegou a dizer que os ingleses, até então, tinham-se preocupado em escrever a “história natural do egoísmo”, *nunca partindo da verdadeira psicologia humana (que pressupunha a observação direta e a experimentação)* para embasar suas conclusões. O “psicologismo clássico” passou a ser considerado irreal e dogmático: jamais entre seus adeptos, dizia-se, houvera estudos de casos específicos de psicologia humana, de comunidades ou unidades produtivas, de tal modo que não havia qualquer base científica em prever seus comportamentos. A solução apresentada como forma de dispensar tais pressupostos “irreais” foi o método histórico. Este consistia, em linhas gerais, no abandono da idéia de um homem invariável e definido aprioristicamente; em rejeitar a pretensão de universalidade, argumentando com a relatividade; em preferir a indução à dedução; em propor a psicologia do homem concreto (*homo real*) em contraposição à do homem ideal (*homo economicus*). Para maiores detalhes sobre a Escola Histórica Alemã, mesmo a nível introdutório, veja: MARCHAL, André. *Metodología de la Ciencia Económica; El Conflicto Tradicional entre los Métodos y su Renovación*. Buenos Aires, Ateneo, 1957.

e, embora a falta de homogeneidade entre seus diversos seguidores, a escola, a exemplo dos fisiocratas, traz consigo a influência organicista. Deixando de lado a concepção teológica de ordem natural, passa a haver ênfase no estudo de fatos empíricos e no momento da observação, juntamente com a crença, mais ou menos generalizada, da possibilidade de descrição objetiva do objeto da investigação. Afirma-se a dificuldade de chegar-se a leis gerais e poli-históricas. Os estudos de casos em administração e alguns estudos antropológicos assemelham-se a estas monografias cuja principal proposta é a descrição funcional do empírico.

Ora, tanto para o caso dos historicistas alemães (monografias detalhadas de fatos particulares), dos casos específicos analisados pelos administradores e de alguns estudos antropológicos (sociedades menos complexas e não-estratificadas), o método funcionalista apresenta a vantagem de já verem aproximadas as

principais características do objeto de estudo aos principais postulados implicitamente aceitos ao utilizar-se do modelo orgânico. Neles, o entendimento do concreto é assemelhado à sua descrição e existe à medida que se apreende, pelo empírico, a organicidade funcional do objeto. Assim, o que seria o momento da abstração coincide com a compreensão das funções integradoras que, para o cientista, é o mesmo momento da reprodução sistemática do empírico.

A utilização da abordagem funcionalista, além dos casos levantados, pode ser valiosa no estudo histórico ao permitir, por via analítica, a integração dos diversos aspectos interdependentes que constituem a totalidade estudada. Do mesmo modo, ao estabelecer a relativa primazia do concreto, induz ao trabalho, com maior intensidade, dos aspectos factuais e descritivos, essenciais para qualquer posterior interpretação. Com isto, o momento da observação sistemática passa a ter importância fundamental, ocupando o lugar que no Iluminismo clássico seria o conceito de razão, ou mesmo manifestação da ordem natural. De certo modo esta é quem agora passa a ser explicada, deixando de ser a fonte explicativa primordial.

Nota-se, entretanto, que em tais casos o tema de estudo é muito menos amplo. Mesmo no caso das sociedades não-estratificadas, onde as especializações e a reprodução da sociedade não conhecem grandes conflitos e as formas integradoras predominam, cabendo ao sujeito da investigação tentar reproduzir o concreto em sua organicidade funcional. Mas à medida que o objeto de estudo é mais complexo, envolvendo a existência do Estado, a distribuição assimétrica do poder e da riqueza, a existência de classes sociais e de instituições altamente especializadas, — como a República Velha, — funcional-historicismo torna-se um importante momento da análise, mas não sua totalidade. Isto se prende à necessidade que tem o cientista de passar à abstração a fim de reter o essencial do concreto e à dificuldade,

part. → geral (induz)

Dificuldade, evidentemente, não significa impossibilidade. É erro supor que o funcionalismo não é válido para o estudo de sociedades complexas, que seu uso é incompatível com a categoria “totalidade” e com qualquer análise sobre mudança social. Como salientou Florestan FERNANDES, o funcionalismo não é uma “doutrina”; a relação entre ele (“um método de interpretação”) e o linear-evolucionismo, embora possa ser evidente, não é essencial, algo sem o qual “o método não vive”. O funcionalismo, enquanto tal, por exemplo, não comporta uma “teoria da natureza humana”.

método  
funcionalista

E, "embora não seja uma 'teoria', o método de interpretação funcionalista representa uma via para formular-se 'proposições empíricas', testá-las e incorporá-las à teoria sociológica". FERNANDES, F. Elementos de Sociologia Teórica. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974. p. 193. Sobre o funcionalismo, v. nesta obra o capítulo VIII: **Funcionalismo e Análise Científica na Sociologia Moderna.**

em se utilizando este método, de apreenderem-se com maior precisão os conflitos e as diversas formas de mudança social (pelo "princípio da integração funcional" as partes de uma sociedade são vistas unidas por uma relação de dependência tão rigorosa quanto as partes de um corpo vivo).

Ora, se a sociedade é como um organismo vivo e se, como este, vê atuarem sobre si as leis da evolução, sua história é a história de sua complexidade, ou seja, como parte de um estágio primitivo para outro mais adiantado. Com isto, as idéias de evolução e mudança coincidem, da mesma forma como esta é encarada de forma orgânica, isto é, gradual e contínua.

Daí resulta certa tendência dos estudiosos que usam ortodoxamente o modelo orgânico e que possuem concepções semelhantes as do linear-evolucionismo ao explicarem os conflitos e as mudanças sociais: estes são freqüentemente associados a disfunções, doenças do organismo social, — quando não tratados como etapas necessárias de uma evolução anteriormente concebida.

É evidente que, no último caso, está-se forçando o suceder de fatos históricos (então de um período de quatro décadas), seguir uma linha previamente estabelecida. Com isso elimina-se a ação humana em sua criatividade nos acontecimentos históricos quase voltando, de uma forma mais ou menos materialista, ao mesmo tom teológico do pré-Iluminismo.

Refiro-me à concepção teológica da História, corrente entre alguns autores medievais e mesmo da época renascentista. Embora a esta concepção não esteja presa a idéia de uma história previamente traçada, é mais ou menos comum, em seus seguidores, a tendência de interpretar os fatos como "necessários", manifestação de uma lei divina. Ao contrário do que usualmente se pensa, não foi na França, com o Iluminismo, que esta corrente recebeu suas primeiras críticas mais enfáticas, mas na Inglaterra, com LOCKE e F. BACON. O Enciclopedismo francês, no entanto, aperfei-

çou e divulgou este "racionalismo", que atingiu seu apogeu com A. COMTE e os positivistas. O que quero dizer com voltar ao "mesmo tom teológico do pré-Iluminismo" é frisar o que há de comum entre a "concepção (teológica)" e a "concepção (positivista)", embora uma seja espiritualista e outra materialista: ambas parecem eliminar, ou diminuir, a influência das decisões humanas no curso da história. pois o fato histórico não é percebido na sua ação criadora, pois é passivo frente a um Absoluto previamente dado (por exemplo: **Lei Natural da Evolução**). Assim, ambas as posições nos dizem que o homem é apenas fruto da história, tal como no determinismo geográfico, no determinismo econômico, no determinismo cultural, etc. Há que aqui considerar que esta "concepção teológica" de que tratei acima não é incompatível com uma concepção humanista de história e que alguns autores, ao final da Idade Média, tentaram conciliá-la, como TOMÁS DE AQUINO; ao contrário dos autores do início da Idade Média, que eram muito mais arraigados à fé que ao racionalismo. Mas vale perguntar até que ponto por trás do materialismo de COMTE e dos positivistas em geral não existiria, **pari passu**, uma nova teologia.

Do mesmo modo, a reconstrução ordenada da totalidade e a interpretação histórica mais profunda perderiam parte de seus significados, exatamente na que consiste em esclarecer como as diversas opções que se apresentam historicamente são transformadas em fatos reais.

No outro caso (analogia à "doenças do organismo social"), as conseqüências parecem ser mais graves. Inevitavelmente cai-se em certos tipos de valorações e julgamentos não comuns a análises científicas propriamente ditas. Assim, além de negar-se o cerne do método previamente estabelecido, esquece-se parte da contribuição à Metodologia formulada pelos grandes teóricos do século passado que dela se preocuparam.

Trata-se, assim, fundamentalmente, de incorporar-se à análise algo que corresponda ao momento da abstração.

Sem este momento da abstração, a ciência seria apenas descrição, e a imagem construída da realidade seria tida, de imediato, como ela própria. Supor-se-ia, ainda, que a essência manifestar-se-ia totalmente pela aparência. Ora, tem-se, por HEGEL, que a aparência não revela a totalidade da essência, pois esta não se mostra diretamente: os

fenômenos apenas mostram parte dela. Esta não coincidência entre fenômeno e essência é a própria razão de ser do conhecimento científico; o caminho para, pelo fenômeno, chegar à essência é o método.

Isto significa que o conhecimento científico vai além da observação e os dados obtidos devem ser organizados pelo raciocínio. O despertar desta consciência nos indutivistas clássicos levou a várias soluções. Hildebrand negou a existência de lei natural, mas admitiu "leis dinâmicas de desenvolvimento". KNIES chegou ao ceticismo: argumentou a não existência de leis na esfera social e nada mais que vagas regularidades poderiam ser constatadas. COMTE, no Curso de Filosofia Positiva, argumentou:

**"Porque, se de um lado qualquer teoria positiva deve necessariamente fundar-se em observações, é igualmente sensível, de outro, que, para entregar-se à observação nosso espírito necessita de uma teoria qualquer. Se, ao contemplar os fenômenos, não os relacionássemos imediatamente a alguns princípios, não somente nos seria impossível combinar essas observações isoladas e, por conseguinte, extrair delas algum resultado, mas seríamos mesmo incapazes de retê-las; e, na maioria das vezes, os fatos ficariam despercebidos sob nossos olhos"(2)**

A tentativa de apreensão dos fenômenos (mediante a utilização de tipos médios, ideais ou extremos) permite a ordenação dos dados observados e, estabelecendo um marco interpretativo, colabora para eliminar o acaso nos fatos históricos. Florestan FERNANDES argumentou que "a verdadeira natureza do processo histórico exige a distinção entre o acidental e o essencial. Um mero relato de fatos acidentais, sem uma elaboração do encadeamento necessário deles entre si, seria uma crônica e não história propriamente dita. Uma exposição dos fatos regulares, sem referência ao acidental e ao variável, seria uma explicação estatística, e não histórica".(3)

É com este ponto de vista que WEBER toma relevância na teoria do entendimento histórico. Suas concepções de infinitude da realidade e de probabilidade do conhecimento científico levam à necessidade da abstração e à busca de elementos representativos e típicos dos fenômenos,

Veja, por exemplo, o que diz K. KOSIK: **"O conhecimento se realiza como separação do fenômeno da essência,**

(2) COMTE, Auguste. **Comte: Textos Selecionados.** Org. de Evaristo de Moraes Filho, Coord. de Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1978. p. 75.

(3) FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959. p. 63.



do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa." KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 14.

visando à constituição de tipos ideais (redefinindo o próprio papel do investigador ao realizar a pesquisa). Com isto afirma-se que "Weber nega a possibilidade do sujeito investigador apreender o objeto de conhecimento em termos de sua pureza fenomênica e de sua verdade absoluta. Por conseguinte, o entendimento histórico torna-se uma probabilidade, quando o investigador introduz nos fatos sociais uma representação intelectual resultante da opção do investigador quanto à relevância que este impôs aos fenômenos sociais, quando da seleção de eventos que se tornam significativos do ponto de vista do conhecimento científico".(4)

Isto não significa, obviamente, uma liberdade na apreensão do fenômeno que se constitua em arbitrariedade. Existem certos cânones necessários à formação de tipos ideais que, se esquecidos, levam a uma grande distância da proposta weberiana. Embora passse o cientista a ter um papel mais participante se comparado ao funcional-historicismo, pois é quem ordena mentalmente (idealmente) fatos empíricos desordenados, não há o postulado da subjetividade do conhecimento científico. Embora a organização coerente do objeto seja mental, existem regras e caminhos de apreender o real e não há o propósito de fazer coincidir o tipo idealizado com a realidade estudada.

O abandono de uma linha evolutiva rígida, com a adoção de uma concepção humanista de história, onde a ação humana não é apenas resultado, por não se admitir sua passividade frente às estruturas econômico-sociais, é fundamental neste trabalho. Em nenhum momento deixa-se de lado a investigação do que existe na esfera do pensamento (suposições, doutrinas, ideologias), não só para entrosá-las com a realidade econômica e com a crise por que passa a economia pecuária-charqueadora da Campanha, mas também para ajudar compreender esta crise em sua totalidade. O abandono da linha evolutiva rígida também permite que, no desenrolar histórico, seus agentes, embora condicionados à situação

(4) HIRANO, Sedi *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. Introdução ao Pensamento de Marx e Weber. São Paulo, Alfa-Omega, 1974. p. 19.

histórica já firmada, tenham uma vasta gama de opções, mesmo que limitadas.

Há que considerar a diferença entre a posição acima e a de F. ENGELS, em sua famosa carta a F. A. SORGE (25 de janeiro de 1894). Nesta ele afirma: “Consideramos as condições econômicas como condicionando, em última instância, o desenvolvimento histórico”. E continua: “Não é verdade que constitui a situação econômica a única causa ativa, enquanto o resto nada mais é que um efeito passivo. Mas há uma reciprocidade de ação com base na necessidade econômica, que acaba sempre (sic) por prevalecer em última instância”. ENGELS, F. Carta de Engels a F. A. SORGE. In: HUGON, P. *Evolução do Pensamento Econômico*. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1967. p. 198. Há que notar que os deterministas geográficos, por exemplo, afirmam que outros fatores influenciam no curso da história, mas o geográfico sempre prevalece em última instância. O mesmo pode ocorrer com a concepção teológica (“Deus prevalece em última instância” e com a evolucionista) (“a Lei Natural da Evolução prevalece em última instância”). Para todos já existe uma história previamente estabelecida, que os fatos que ocorrerem ou estão por ocorrer só podem confirmá-la. Em termos de método, que diferença existe se o determinismo vem com uma ou outra roupagem? E até que ponto se pode falar na presença da dialética no pensamento de Engels, já que a idéia de um fator único determinante, mesmo em “última instância”, parece ser incompatível com este método? Esta tentativa de alguns autores do Séc. XIX parece retomar, vinte séculos depois, as linhas básicas da filosofia grega pré-socrática, que insistia buscar em um elemento (água, fogo, átomo...) o princípio de todas as coisas...

Por outro lado, a concepção de WEBER parece mais apropriada ao deter-se com mais profundidade no fenômeno da desigualdade da distribuição do poder e da riqueza, o que lhe permitiu uma abordagem coerente da estratificação social. Do mesmo modo, ao abandonar o conceito mecânico de equilíbrio e a analogia organicista, WEBER possibilitou a existência de conflitos e a influência humana no curso histórico. Foi neste sentido que, referindo-se aos que lhe acusavam de participar de posições semelhantes ao linear-evolucionismo, afirmou: “Entretanto, a origem e a história de tais idéias são muito mais complexas do que supõem os

teóricos da “superestrutura”. O espírito do capitalismo, no sentido em que estamos usando o termo até aqui, teve que lutar por sua supremacia contra todo um mundo de forças hostis”(5).

É claro que o momento da abstração não existe só em WEBER, como também no materialismo histórico e no estruturalismo.

A utilização de modelos, refletindo “apenas parte da realidade” não é incompatível com a categoria de totalidade concreta. Esta abrangeria toda a realidade (uma “síntese”) e o modelo é uma forma de apreensão; a redução da totalidade à parte dela só existiria se se pretendesse que houvesse a coincidência entre modelo e realidade – o que implicaria, assim, ele deixar de ser modelo para ser a própria realidade concreta.

Nestes também existe a tentativa de elaborar modelos que tentam representar a formação histórica estudada em seus traços essenciais – embora difiram em outros aspectos. Há a tentativa de busca do essencial, de linhas de definição logicamente construídas, também admitindo-se a não coincidência do modelo com o objeto investigado.

Esta forma de apreender o objeto mediante sua ordenação mental, não só estabelecendo suas características ideais mas formando funções e correlações entre seus elementos, possibilita, em certos estudos, algumas vantagens: são mais específicos que os tipos ideais e permitem estabelecer relações, ajustando-se com maior precisão à realidade estudada. Evidente que não são excludentes e a combinação de ambos de forma eficaz pode ser de grande valia.

Entretanto, podemos cair em uma interpretação histórica que traz, já de outra forma, a mesma rigidez do modelo orgânico. Isto se prende a certa tendência nos estruturalistas de, ao tomarem a matriz explicativa, tentarem posteriormente encaixar os fatos concretos dentro dela. Assim, ao invés de testar o modelo frente aos dados, considera-se, de imediato, como já sendo sua síntese explicativa. Procura-se, por conseguinte, evitar a idéia de uma estrutura formada unicamente por fatores econômicos e, a partir daí, formalizar uma explicação mais abrangente. Tal procedimento implica admitir que os aspectos políticos, ideológicos e outros fossem sempre derivados, determinados, ou, apenas, secundários. Claro que esta aborda-

---

(5) WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967. p. 35.

gem, semelhante à althusseriana, seria amenizada, ou até superaria suas deficiências, com a introdução de outros aspectos, como as classes sociais e outros elementos da esfera sócio-política.

Foi nesse sentido que Florestan FERNANDES, referindo-se ao procedimento interpretativo de Weber, assinalou que este “fundase em dados de fato, isto é, ele possui um fundamento estritamente empírico. Contudo, o sujeito-investigador também se recusa a imputar à realidade qualquer coisa que lembre o postulado do determinismo universal. Se certas regularidades existem, elas nascem da repetição conjunta ou coordenada de certas condições exteriores e de certos motivos subjetivos das ações”.(6)

Claro que esta crítica não significa a rejeição de alguns marcos conceituais nem se estende à construção de modelos enquanto tal, pois admite-se sua relevância no momento da abstração. Nem se nega sua importância em outras ciências, como na física; e mesmo na economia, que experimentou considerável avanço com a formalização e com a econometria. Mas mesmo aqui o problema da testagem veio à tona e o chamado “positivismo lógico” centra suas atenções neste aspecto. Diga-se, entretanto, que esta contribuição, como seus próprios autores reconhecem, presta-se mais à abordagem quantitativa apresentando limitações, senão impossibilidade, de ser usada na investigação histórica.

Se as contribuições weberiana e estruturalista contribuem da mesma forma ao destacar o momento da abstração, não o fazem da mesma maneira, como já foi mencionado. A concepção weberiana postula não só a impossibilidade do conhecimento absoluto uma vez construído o instrumento-resultado da abstração, mas mesmo antes dele ter existido. Isto será ligado à interpretação weberiana que afirma a multiplicidade de fatores em interação explicativos de um fato-efeito, que ainda mais limita o poder explicativo da matriz ao captar a realidade. Explica-se melhor tomando como exemplo “**A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**”.

Admitiu-se, inicialmente, capitalismo como tipo ideal e, deste modo, capaz de aparecer com diferentes probabilidades em cada formação histórico-social concreta, dada sua ahistoricidade. Ao explicar a forma com que o capitalismo toma vulto no contexto europeu por volta dos séculos XVI e XVII, — de forma “racional, empresarial e organizada”, orientada pelo chamado “espírito capitalista” — poder-se-ia partir de diferentes fatores: políticos, econômicos, institucionais, religiosos, culturais, ideológicos, etc. Optando por um deles, — o fator religioso — o trabalho passa a mostrar sua

(6) FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 97.

influência na origem e no desenvolvimento do capitalismo, inclusive, quando necessário, relacionando com outros fatores. Não existe a intenção de considerar que este seja o único fator explicativo; nem que a melhor forma de explicar a origem do capitalismo seja pela ética protestante. Por isso, ao final da obra lembrou Weber: "Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante, a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas".(7)

Entretanto, se há a necessidade de abordar o tema por outros ângulos, mesmo dentro do ângulo abordado não se pretendeu chegar à explicação absoluta. Isto significa que a própria noção de "fator religioso" (ou "ética protestante") é por demais ampla, merecendo, inclusive, vários estudos a parte: daí, no ângulo abordado, procurar-se no calvinismo o elemento primordial da explicação.

Pode-se afirmar, assim, que a probabilidade (ou impossibilidade) de reter o objeto em sua pureza fenomênica se dá em dois momentos: quando há a seleção de um fator, ou fatores, para delimitar o estudo; e quando, após prévia seleção, há outra que o especifica melhor. Conclui-se, portanto, a existência de pluralidade de estruturas explicativas para o mesmo fato social. Tem-se, daí, um importante significado: se por um lado é impossível reter a totalidade do objeto quando de sua organização mental, todavia é possível compreendê-lo mediante a utilização de tipos ideais ou modelos; mas como estes não se propõem totalizadores, há a multiplicidade deles para explicar o mesmo objeto. Assim, a construção de modelos passa a ser um momento da metodologia weberiana.

Mas a análise científica deve pressupor a testagem do modelo — ou, o que equivale, em termos históricos, a apresentar factualmente o que foi considerado essencial: os elementos definidores, as funções, as relações e as contradições.

Sem isso, seria supor que a ciência é formalização e que a explicação da realidade é a própria formalização do modelo. Mas o momento da abstração, a "teoria", embora elemento fundamental para a explicação, com ela não se confunde; esta se efetiva ao regressar de onde partiu, — da realidade, — após captá-la (ordená-la) mentalmente.

Então, as categorias estabelecidas a nível abstrato devem tomar suas formas específicas, o que não é outra coisa senão

(7) WEBER, M. Op. cit., p. 132.

explicar o concreto por meio da abstração. Não obstante o resultado desta constituir-se em uma tentativa de explicação, não pode ser, de imediato, a própria explicação ou o entendimento do concreto: este só é efetivado à medida que o real é reproduzido mediatizado pela abstração, dando sentido aos fatos, aos elementos da totalidade e, enfim, à própria ação humana.

No estudo histórico, entretanto, cabe mostrar como o que é geral torna-se particular, demonstrando factualmente os elementos considerados essenciais, inclusive, se for o caso, estabelecendo os limites do modelo utilizado. Se se lançou mão de tipos ideais, por exemplo, supõe dar-lhes conteúdo real, ou seja, preenchê-los de conteúdo real. Em linguagem weberiana equivaleria, aproximadamente, a quase demonstrar pela reprodução do concreto a probabilidade do ideal ocorrer como histórico, ou a probabilidade com que cada tipo ideal toma corpo dentro da realidade estudada. Na linguagem de MARX, valeria transcrever suas próprias conclusões: "O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da percepção e da representação. No primeiro método a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isto não é, de modo nenhum, o processo de gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos por exemplo o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas condições e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral abstrata de um modo concreto e vivo já determinado".(8)

Finalmente, vale a mesma precaução anteriormente referida ao estruturalismo: este momento final não pode ser confundido com a tentativa rígida de encaixar os fatos naquilo que foi considerado tipo ideal ou modelo e, de forma alguma, está preso de antemão a qualquer ideologia ou *Welthans chauung*. Embora a adoção de certos modelos antes mesmo de examinar-se detalhadamente o concreto

---

(8) MARX, Karl. *Crítica da Economia Política*. In: HUGON, Paul. *Evolução do Pensamento Econômico*. Trad. de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1967. p. 190.

seja algo corriqueiro, tanto nas literaturas consideradas positivistas como em outras auto-intituladas marxistas, especialmente quando a cada uma delas vincula-se a existência de determinadas etapas mecânicas e universais necessárias à evolução social, ou mesmo ao desenvolvimento das forças produtivas materiais. É o caso, por exemplo, de transportar à realidade latino-americana, e brasileira em particular, modelos e categorias analíticas interpretativos da formação histórica européia (como modo de produção feudal, fases teológica e metafísica, existência de camponato formado de pequenos proprietários conservadores que se opõem ao latifúndio, etc.).

Esta passagem final ao concreto não é a forma de condicioná-lo a um objetivo prévio, embora, eventualmente, possa prestar-se para tal. É apenas um meio de torná-lo explicado, ou de historicizar o que no momento anterior pareciam leis gerais, amplas, a-históricas e abstratas. E, assim, da análise chegar à síntese, que é o objetivo de qualquer trabalho científico.